

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Autor(es)

Narda Roberta Da Silva
Ana Carolina Alves Ferreira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

A violência cometida contra mulheres no âmbito doméstico manifesta-se em especial na relação entre homem e mulher, envolvendo por vezes ciúme, discriminação e preconceito. Ela é considerada um fenômeno social e cultural, ainda cercado pelo silêncio e pela dor.

A eleição do tema deveu-se pela polêmica e relevância que o envolve, sendo a violência doméstica uma cruel realidade na vida de milhares de brasileiras. As mulheres foram, por anos, submissas à vida doméstica, sendo consideradas inferiores quando comparadas aos homens, não possuindo os mesmos direitos que os mesmos.

Historicamente, a sociedade sempre foi baseada no modelo patriarcal, o qual remete a um conceito de família submetida pelo poder absoluto de um chefe, sendo este o pai, marido e patriarca. Sendo assim, o “pater” é a maior autoridade da família, servindo de referência para todos que o rodeiam, sendo, ainda, o núcleo econômico familiar.

Objetivo

Esta pesquisa tem o objetivo primário de:

Analizar a Lei 11340/06 e seus efeitos na proteção às mulheres vítimas de violência.

Para tanto, objetiva-se, também: - Delinear um breve panorama da violência contra a mulher após a promulgação da “Lei Maria da Penha”; Analisar algumas das políticas públicas desenvolvidas em obediência ao dispositivo legal.

Material e Métodos

No que tange à metodologia do presente trabalho, trata-se de uma pesquisa qualitativa. O método a ser utilizado será o dialético, uma vez que, segundo Gil (2008, p. 14), os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais. O estudo realizado apresenta caráter explicativo tendo como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos que estão diretamente relacionados com a violência contra a mulher (GIL; 2008, p. 28). O trabalho foi realizado através de uma pesquisa, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de consulta em livros, doutrinas, e artigos capturados pela internet (GIL; 2002, p. 44).

Resultados e Discussão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



A Constituição Federal, de 1988, preconiza em seu preâmbulo de forma poética a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil e a instituição de um Estado Democrático. Entretanto, mesmo com o dispositivo constitucional foi necessário que uma mulher perdesse a capacidade de andar, e recorrer a Comissão Internacional de Direitos Humanos e que tal instituição condenasse o Estado brasileiro para que este começasse a tomar providencias, e buscar uma solução para a questão da violência contra a mulher. A Lei 11.340 de 2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, em observância ao art. 226, §8º,CF, foi promulgada com o objetivo de criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. No Brasil em 2012, o número delegacias deste gênero era de 374, representando apenas 7% dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros. Esse número é pequeno se levado em consideração o número de denúncias recebidas pelo Ligue 180 mais de 1,8 mil ligações por dia.

Conclusão

Diante do exposto, com base nos dados levantados, fica clara a necessidade de um empenho ainda maior do poder público brasileiro para combater a violência contra a mulher, sendo que para isso se faz necessária intensificar as políticas educacionais existentes no país a fim de garantir às mulheres um melhor conhecimento de seus direitos e assim tentar acabar com o silêncio e a dor que envolve a violência contra mulher.

Referências

ANDRADE, Camila. Central 135 recebeu quase 72 milhões de ligações em 2012.

Blog da Previdência Social. 2013. In <http://blog.previdencia.gov.br/?p=5768> Acesso em 01.08.2014

BRASIL, Violência contra a mulher: Feminicídios no Brasil. Instituto de Pesquisa econômica aplicada – IPEA, Brasília, S/D. In http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf . Acesso em 03.08.2014

BRASIL, Apenas 7% das cidades brasileiras têm delegacias especializadas no enfrentamento à violência contra a mulher. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Brasília, 2012, In

<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/apenas-7-das-cidades-brasileiras-tem-delegacias-especializadas-no-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher/> Acesso em 01.08.2014

BRASIL. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Senado Federal. Brasília. 2013.